



Número: **0000415-30.2015.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **01/04/2015**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROBSON DA SILVA ARAUJO SANTOS (AUTOR)		JAILSON GOMES DE ANDRADE FILHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20299299	04/04/2019 08:13	<a href="#">[VOL 1][Petição Inicial]</a>	Petição Inicial
28218098	12/02/2020 13:14	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
28218551	12/02/2020 13:17	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
29409358	26/03/2020 13:43	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE PICUI/PB

0000415-30.2015.815.0271



**ROBSON DA SILVA ARAUJO SANTOS**, brasileiro, solteiro, mecânico, portador do RG nº 4.263.851 SSD/PB, inscrito no CPF sob nº 066.615.274-80, residente e domiciliado na Rua Presidente Getúlio Vargas, s/n, Centro, Baraúna- PB, CEP: 58188-000, vem com o mais absoluto respeito à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu Advogado, legalmente constituído, que ao final assina (procuração em anexo), propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO  
DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS**

em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de sua Departamento Jurídico, localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelos fatos a fundamentos a seguir aduzidos:

**PRELIMINARES**

- Da justiça gratuita

Nos termos das Leis 1.060/1950 e 7.115/1983, declara o Requerente, para os devidos fins e sob as penas da lei, ser pobre na acepção jurídica do termo, não tendo como arcar com as despesas do processo e pagamento de honorários advocatícios, pelo que requer, desde já, os benefícios da justiça gratuita.

Andrade Advocacia – Unidade 01: Rua Pedro Gondim, 129, Centro, Cuité/PB;  
Unidade 02: Rua Ferreira de Macedo, 50, Centro, Picuí/PB - telefone (83) 9614-7484.



## DOS FATOS

O Promovente foi vítima de acidente de motocicleta, no dia 28 de setembro de 2014, por volta das 16h00min, num trecho entre os municípios de Picuí e Baraúna, conforme demonstra Boletim de Ocorrência anexo.

Em razão do sinistro, o Promovente sofreu diversos ferimentos e escoriações, sendo socorrido por pessoas que passavam no local e, imediatamente, levado para o Hospital Regional do município de Picuí – PB, no qual foi diagnosticada uma fratura na clavícula, CID 542.0 (Ficha de atendimento, Receituário Médico e Declaração do Hospital Regional de Picuí, anexos).

Destarte, em razão da patologia, o Promovente foi submetido a tratamento e acompanhamento hospitalar, passando 120 (cento e vinte) dias de atestado médico (Atestado Médico, anexo), todavia, mesmo assim, o acidente resultou na perda permanente da mobilidade do ombro do Promovente.

## DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT está consagrada em nosso ordenamento jurídico e, de tal forma, encontra-se regida pela Lei nº. 6.194/74, que disciplina o respectivo seguro.

A referida legislação prenuncia que a indenização será paga às vítimas de acidente de trânsito nos casos de morte, invalidez permanente, em órgão ou membro, ou até mesmo àqueles que venham a receber cuidados médicos. Tais situações se encontram previstas no art. 3º, da legislação mencionada, como observado a seguir:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente; e





du  
outro

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Logo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto a Promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, observa-se que o Promovente faz jus a percepção da indenização prevista no art. 3º, inciso III, da legislação em análise, visto que, conforme comprovado documentalmente, foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em via terrestre, que lhe resultou numa fratura na clavícula, o que causou a perda completa da mobilidade do ombro, sendo, portanto, garantido o direito à indenização pela invalidez permanente.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Destaca-se que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente, da existência de culpa. Desta sorte, a simples comprovação do fato acidentário e consequente demonstração do dano sofrido já reveste o segurado do direito ao recebimento da indenização correspondente, o que foram, taxativamente, comprovados por meio do Boletim de Ocorrência Ficha de Atendimento, Receituário Médico, Declaração do Hospital Regional de Picuí e Atestado Médico, anexos.

Esse é, inclusive, o entendimento pacífico da jurisprudência pátria, conforme apresentado a seguir:

*134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C. Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)*

Andrade Advocacia – Unidade 01: Rua Pedro Gondim, 129, Centro, Cuité/PB;  
Unidade 02: Rua Ferreira de Macedo, 50, Centro, Picuí/PB - telefone (83) 9614-7484.





03  
nm

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovisionamento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado." A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução.  
(TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20.

Logo, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*(...)*

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

Andrade Advocacia – Unidade 01: Rua Pedro Gondim, 129, Centro, Cuité/PB;  
Unidade 02: Rua Ferreira de Macedo, 50, Centro, Picuí/PB - telefone (83) 9614-7484.



II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo Promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

**ANEXO**

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo	25

Andrade Advocacia – Unidade 01: Rua Pedro Gondim, 129, Centro, Cuité/PB;  
Unidade 02: Rua Ferreira de Macedo, 50, Centro, Picuí/PB - telefone (83) 9614-7484.



<b>polegar</b>	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o Promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos (70% - vinte e cinco por cento)**, o que perfaz o percentual correspondente a 70% (vinte e cinco por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) reais, razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, referente à perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria Lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pelo Autor.

**- Da correção monetária e juros de mora**

Em relação à incidência de juros de mora e correção monetária, o ordenamento jurídico pátrio e, em especial, de forma majoritária o Tribunal de Justiça da Paraíba asseveram que: a) os juros de mora incidirão desde a data da citação da seguradora do sinistro; e b) a correção monetária incidirá desde a data do ajuizamento da ação (distribuição). Conforme dispõe a jurisprudência abaixo delineada:

Andrade Advocacia – Unidade 01: Rua Pedro Gondim, 129, Centro, Cuité/PB;  
Unidade 02: Rua Ferreira de Macedo, 50, Centro, Picuí/PB - telefone (83) 9614-7484.





11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

#### DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil c/c art. 3º, inc. III, e art. 5º, ambos da Lei nº 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

Andrade Advocacia – Unidade 01: Rua Pedro Gondim, 129, Centro, Cuité/PB;  
Unidade 02: Rua Ferreira de Macedo, 50, Centro, Picuí/PB - telefone (83) 9614-7484.







09  
ROM

- a) A concessão da justiça gratuita;
- b) A condenação da Promovida ao pagamento da indenização em epigrafe, com base no montante de **R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, referentes à perda permanente da mobilidade do ombro do Promovente;
- c) A citação da Promovida via AR para, querendo, apresentar defesa sob pena de incorrer nos efeitos da revelia;
- d) Seja designada audiência de conciliação e, em ato contínuo, a de instrução e julgamento;
- e) Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta;
- f) O pagamento dos honorários advocatícios, a razão de 15% sobre o valor da causa, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50;

Protesta ainda provar os fatos alegados por todos os meios em direito admitidas, notadamente a documental e testemunhal.

Dá-se a causa o valor de **R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**

Termos em que,

Pede deferimento.

Picuí/PB, 25 de março de 2015.

Jailson Gomes de Andrade Filho  
OAB/PB nº 17.938

Andrade Advocacia – Unidade 01: Rua Pedro Gondim, 129, Centro, Cuité/PB;  
Unidade 02: Rua Ferreira de Macedo, 50, Centro, Picuí/PB - telefone (83) 9614-7484.





**PROCURAÇÃO**  
"AD JUDICIA ET EXTRA"

*João*

**OUTORGANTE:** *Robson da Silva Araújo Santos, Iranilde, solteiro, brasileiro, inscrito no CPF de nº 066.615.274-80, Residente e domiciliado na rua Fernando Getúlio Vargas, S/n - Centro - Barroquinha-PB.*

**OUTORGADOS:** **JAILSON GOMES DE ANDRADE FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB, nº 17.938, respectivamente, portador do CPF nº 067.941.404-54, com escritório profissional localizado à Rua Pedro Gondim, 129, Cuité-PB, onde recebem intimações de estilo.

**PODERES:** O(s) **OUTORGANTES(S)** conferem aos **OUTORGADO(S)** amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento desde mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e **poderes especiais** para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber qualquer valor e dar quitação, **inclusive alvarás**, praticar todos atos perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, bem como instituições bancárias, praticar quaisquer atos perante particulares e empresas privadas, e recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo bom e valioso.

**DECLARAÇÃO:** O(a)(s) outorgantes(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060 de 1950.

**CONTRATO DE HONORÁRIOS:** NESTE INSTRUMENTO, LIDO E FIRMADO ENTRE AS PARTES, O OUTORGANTE COMPROMETE-SE A PAGAR AOS OUTORGADOSO **PERCENTUAL DE 30% (TRINTA POR CENTO) A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** CALCULADOS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO (APURADO EM LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA) OU SOBRE O ACORDO FIRMADO ENTRE OS LITIGANTES, INDEPENDENTE DE SUCUBENCIA, PODENDO O JUIZ RETER OS HONORÁRIO PARA O CUMPRIMENTO DESTES INSTRUMENTO.

Picuí, 28 de janeiro de 2015.

*Robson da Silva Araújo Santos*

**OUTORGANTE**

Rua Pedro Gondim, 129, Centro CEP 58.175-000, Cuité-PB  
(83) 9614-7484 - andradeadvocacia@live.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

181-D

*Robson da Silva Araújo Santos*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.263.851

DATA DE EXPEDIÇÃO 02/07/2014

NOME ROBSON DA SILVA ARAÚJO SANTOS

FILIAÇÃO RUBENS DE ARAÚJO ANTONIA DA SILVA ARAÚJO

NATURALIDADE PICUI-PB

DOC ORIGEM CASAM N. 4563 FLS. 43 LIV. B15

CARTÓRIO PICUI PB

CPF 066.615.274-80

DATA DE NASCIMENTO 08/01/1987

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 20/06/03

*Robson*



RUTY MERY OLIVEIRA SANTOS  
RUA PRES GETULIO VARGAS, S/N - CENTRO  
BARAUNA/PB CEP: 59189000 (AG 80)

energisa

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO  
Roteiro: 7 - 260 - 37C - 5700  
Nº medidor: 00000930969

Referência: Set / 2014  
Emissão: 12/09/2014

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
R. 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-690  
CNPJ 09.096.183/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000.423.043  
Código para Débito Automático: 80010262061

end 13b 91c9 810e 1a81 d17b e101 2b06

5/1026206-1

Set / 2014

12/09/2014

13/10/2014

5789202481

FAT. VENCIDAS ATÉ  
O D. 19/2014 PAGAS  
OBRIGADO

Data	Leitura	Data	Leitura			
13/09/14	2614	12/09/14	2650	1	38	30
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)			
Consumo em kWh	38	0,33627	12,17			
IMPOSTOS E ENCARGOS						
PIS			0,03			
COFINS			0,15			
ICMS (ISENTO)						

Ago/14 37  
Jul/14 42  
Jun/14 36  
Mai/14 43  
Abr/14 34  
Mar/14 28  
Fev/14 13  
Jan/14 10  
Dez/13 8  
Nov/13 5  
Out/13 4  
Set/13 6

Média dos últimos meses  
22 kWh

19/09/2014

R\$ 12,35

7/2014 - Pico

DIC MENSAL 6,50 0,00  
DIC TRIMESTRAL 12,94 0,00  
DIC ANUAL 25,98 0,00  
FIC MENSAL 3,30 0,00  
FIC TRIMESTRAL 6,60 0,00  
FIC ANUAL 13,20 0,00  
DMC 3,60  
DCR 12,22

NOMINAL 220  
CONTRATADA 201  
LIMITE INFERIOR 201  
LIMITE SUPERIOR 231

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia PB	5,98	48,28
Compra de Energia	5,12	41,48
Serviço de Transmissão	0,36	2,91
Encargos Setoriais	0,73	5,81
Impostos Diretos e Encargos	0,18	1,43
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12,35</b>	<b>100,00</b>

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição  
(Rel. 7/2014) R\$ 7,95

Reajuste Tarifário - Vigência: 28/05/14 - Res. ANEEL nº 1785 - Alta Tensão 22,75% Médio  
Reajuste Tarifário - Vigência: 28/05/14 - Res. ANEEL nº 1785 - Baixa Tensão 21,43% Médio  
- Leitura confirmada

12  
10/10





**C E R T I D ã O**

Nº.Cont.: 062/2014

*B*  
*MD*

**CERTIFICO**, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 02/2014, nele encontrei as folhas de N.º 02, o Registro n.º 060/2014, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2014, Nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) Bel(º). José Edson de Vasconcelos, Delegado de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 15h.00m. compareceu **ROBSON DA SILVA ARAUJO SANTOS**, brasileiro, união estável, ajudante de mecânico, natural de Picuí/PB, nascido aos 08/01/1987, filho(a) de Rubens de Araujo e Antonia da Silva Araujo, residente na Rua Projetada, Barauna/PB; CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE no dia 28 de setembro de 2014, por volta das 16h00min., estava pilotando a motocicleta HONDA CG 150 TITAN ESD, placa NPR 3622/PB, chassi 9C2KC1650CR526376, cor PRETA, licenciada em nome de José Valdir de Lima, no trecho entre Picuí e Barauna/PB, quando o pneu dianteiro baixou de repente ocasionando o acidente e jogando o comunicante em uma ribanceira, QUE foi socorrido por pessoas que passavam no local, as quais figuram como testemunha nesse procedimento abaixo assinadas, QUE o comunicante foi levado para o Hospital Regional de Picuí/PB, pois teve a clavícula fraturada; Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fê.

Picuí/PB, 09 de outubro de 2014.

*Robson da Silva Araujo Santos*  
COMUNICANTE:

*Carlos Adolfo Alves da Silva*  
CARLOS ADOLFO ALVES DA SILVA

TESTEMUNHA 1 RG nº 3.654.568 SSP/PB, Rua Maria Rosa de Lima, s/n, centro, Barauna /PB.

*Matheus Vinicius Pereira da Silva*  
MATHEUS VINICIUS PEREIRA DA SILVA

TESTEMUNHA 2 RG nº 3.756.929 SSP/PB Rua Pedro Soares, s/n, centro, Barauna /PB.



ju  
som

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - PB		Nº 010730075467	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	RET	EXERCÍCIO
1	0045259679-3	20142600002432-8	2014
NOME			
JOSE VALDIR DE LIMA			
CPF/CNPJ		PLACA	
05679022427		NPR3622/PB	
PLACA ANT./UF		CHASSI	
NOVO	PB	9C2KC1650CR526376	
ESPECIE TIPO		COMBUSTIVEL	
PAS/MOTOCICLE/NAO-ABLIC		ALCO/GASOL	
MARCA/MODELO		ANO FAB	ANO MOD
HONDA/CG 150 TITAN ESD		2012	2012
CAP/POT/CL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE	
2 P/149 /CI	PARTIC	PRETA	
COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC. COTAS	
IPVA PAGO EM	13/06/2014	1º	
FAIXA IPVA	PARCELAMENTO/COTAS	2º	
*****	0	3º	
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IOF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
*****	SEGURO	PAGO	31/03/2014
OBSERVAÇÃO			
SEM RESERVA DE DOMÍNIO			
PICUT-FB	LOCAL	DATA	
36994		20/06/2014	
		31054	







## GOVERNO DA PARAÍBA

15  
sum

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI – “Felipe Tiago Gomes”

### DECLARAÇÃO

Declaro para fins previdenciário junto a Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, agência: Cuité-PB, que o (a) Sr(a): **Robson da Silva Araujo, RG:5.766.326**, nascido(a) em: **08/01/1987**, declarou ser: **Agricultor(a)**, Residente na Rua Projetada, Município de Baraúna- PB. Com entrada nesta unidade hospitalar na data: **28/09/2014**, **Vitima de acidente de moto**. A 2ª Via do documento encontra-se no SAME (Setor de Arquivo Médico) a disposição do INSS.

*Picuí - PB, 28 de Setembro de 2014.*

**Renô Torres Macaúbas**  
Médico  
CRM - 980

*Dr. Renô Torres Macaúbas*

*Médico*

*CRM - 980*

Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15  
Bairro: Monte Santo  
Picuí – PB  
CEP - 58.187-000  
Fone/Fax - (83) 3371-2990  
CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00  
hospitalregionaldepicui@gmail.com



**SUS** ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE  
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

1. NOME DA UNIDADE: 2757710 CGC/CNPJ: 08.778.268.0001/60  
2. HOSPITAL REGIONAL DE PICUI  
RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA  
3. CID: PICUI ESTADO: PARAÍBA UF: 25

4. ROBSON DA SILVA ARAUJO  
5. Cor: PARDAS  
6. Data de Nascimento: 08/01/1987 Idade: 27 ano(s) mês(es) de idade dia(s) de idade Sexo: M  
7. ANTONIA DA SILVA ARAUJO  
8. Profissão: AGRICULTOR Documento: 5766326  
9. Endereço: RUA PROJETADA Nº:  
10. CENTRO  
11. Município/CEP: BARAUNA - PB - 58188000 - 250153  
12. Telefone para contato: (83) 9387-5411 CNS:  
13. Hora: 28/09/2014 17:26:59 CADASTRO: 192909  
14. SSVV

PA: TEMP:

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)

Hospital Regional de Picui  
Atesto conforme o original.  
RESULTADOS Picui: 29.09.2014  
Arquivo Médico  
Josevânia Lima de Melo  
Aux. Administrativo

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

1. 2. 3. 4.

CARÁTER DO ATENDIMENTO

☐ 01 - ELETIVO  
☐ 02 - URGÊNCIA  
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO - descrição:

DIAGNÓSTICO:

CID-10:

MEDICAÇÃO:

☐ 1. PRESCRITA  
☐ 2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

☐ OBSERVAÇÃO  
☐ RESIDÊNCIA  
☐ INTERNAÇÃO  
☐ OUTRO HOSPITAL  
☐ ÓBITO  
☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

1. 2. 3.

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)

CNS CBO CRM

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARIMBO





ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

**HOSPITAL REGIONAL DE PICUI**

Rua: Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo  
Fone: (83) 3371-2554/3371-2990/58.187-000/Picuí-PB  
CNPJ: 03.515.174/0001-85

**RECEITUÁRIO MÉDICO**

Robson de Figueiredo  
Ferreira

Doença

Paciente com patologia  
de CID: S42.0 ;  
submetido a tratamento  
conservador, atualmente  
em acompanhamento  
ambulatorial aguardando  
consolidação de fratura para  
resolução.

Data 27/10/19

Carimbo e Assinatura do Médico

"AO RETORNAR TRAZER ESTA PRESCRIÇÃO"

57  
XOM




**ATESTADO MÉDICO**

38  
10000

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Robson da Silva Araújo, portador(a) da identidade RG 123456789, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 10 horas, submetido(a) a Exame de Urina, portador da patologia CID-10 S92.0, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir desta data.

Pícuí, 29/03/19

  
Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

**AUTORIZAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a)  
Dr. (º) \_\_\_\_\_, a registrar o  
diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado  
médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

**1ª VIA-PACIENTE**

**2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO**



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA  
COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 01/04/2015 12 horas 44 minutos

Processo: 0000415-30.2015.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO

SEGURO

Valor da causa : 9450,00

Serie : 10

Autor : ROBSON DA SILVA ARAUJO SANTOS

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : JEREMIAS DE CASSIO CARNEIRO DE

onotor: ALCIDES LEITE DE AMORIM

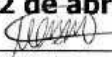
10  
mm



## D A T A

Recebidos os presentes autos em  
Cartório, nesta data.

Picuí - PB, **22 de abril de 2015.**

  
Marily Cileide de B. Medeiros – Técnica Judiciária

## CERTIDÃO


Certifico que **o presente feito foi distribuído em data de 01/04/2015, tendo sido entregue em Cartório, que foi por mim** recebido nesta data, 22/04/2015, o qual veio **autuado, numerado e rubricado.** Dou fé  
Picuí, **22 de abril de 2015.**

  
Analista / Técnica Judiciária

## CONCLUSÃO

Faço conclusão nesta data ao MM. Juiz de  
direito desta Comarca.

Picuí, **22 de abril de 2015.**

  
Analista / Técnica Judiciária





( ) N. AUTOS;  
SEGUE:  
( ) DESPACHO  
( ) DECISÃO  
( ) SENTENÇA

19 MAIO 2015

Marcos Jobabé Filho  
Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUÍ**  
Vara Única

91  
am

**PROCESSO N. 0000415-30.2015.815.0271**

**NATUREZA: COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**

**AUTOR: ROBSON DA SILVA ARAÚJO SANTOS**

**PROMOVIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**


**DESPACHO**

Vistos.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, trazer aos autos comprovação documental de sua hipossuficiência financeira, Lei 1.050/1960, (carteira de trabalho, declaração de imposto de renda (ou de sua isenção), holerite, etc.), para fins de análise de gratuidade de justiça, sob pena de cancelamento na distribuição.

No mesmo prazo estabelecido acima, deverá o autor provar que reside nesta Comarca, sob pena de indeferimento da inicial, uma vez que o comprovante existente não consta o seu nome.

Picuí, 19 de May de 2015.

  
**MARCOS AURÉLIO PEREIRA JATOBÁ FILHO**  
Juiz de Direito

**DATA**

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

\_\_\_\_\_  
Analista/Técnico(a) Judiciário(a)



22

Poder Judiciário - Estado da Paraíba

Comarca de Picuí-PB - Vara Única


### CERTIDÃO

Certifico que nesta data encontrei o presente feito paralisado e passo a impulsioná-lo. Dou fé.

Picuí, 09 de março de 2016.

(P)

  
Vinícius José Cavalcanti de Lima  
Analista Judiciário

CERTIDÃO  
Certifico que expedii NOTA DE  
FORO Nº 047/16 Dou fé  
12/04/16  
Picuí, 12 de 04 de 16  
  
ESTADO DA PARAÍBA





93  
Cilma

- 00937 Processo: 0001078-14.2012.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: IRACEMA LOPES DE MACEDO SILVA ADV: PAULO CESAR CONSERVA. REU: MUNICIPIO DE IGARACY ADV: JOSE MARCILIO BATISTA. Sentença: Pedido julgado procedente.
- 00938 Processo: 0003309-06.2011.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: JOSE EDIVAN TELIX ADV: NEWTON NOBEL SOBRINHO VITA. REU: BANCO MATEONE S/A Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.
- 00939 Processo: 0001582-54.2011.815.0261 - FMIARGOS A EXECUCAO AUTOR: VANDESSON BARBOSA DE ARAUJO ADV: FRANCISCO LETTE MINERWING. REU: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADV: DAVID SOMERIA PEREIRA. Despacho: Intime-se a parte em bargada para se manifestar no prazo legal.
- 00940 Processo: 0001748-68.2011.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MAURANANTAS FLORENTINO PINTO ADV: JOSE WASHINGTON MACHADO. REU: MUNICIPIO DE PIANCO ADV: JOSE EDUARDO LACERDA PARENTE ANDRADE. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.

- 1A. VARA DE PIANCO NF 057716 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).  
00941 Processo: 0001610-47.2012.815.0261 - ACÃO PENAL - PROCEO: REU: FABIO JUNIOR GOMES DOS SANTOS ADV: JOSE BRAULIO DE SOUZA JUNIOR. VITIMA: MANOEL MESSIAS DE SOUZA Despacho: Intime-se a defesa para apresentar as razões finais, no prazo legal.
- 00942 Processo: 0001999-70.2012.815.0261 - ACÃO PENAL DE COMPET REU: LINDENBERGUE DE SOUZA ALVES ADV: PEDRO NUNES DE LIMA FILHO. VITIMA: SEBASTIAO ALVES DE FREITA Despacho: Intime-se a defesa para apresentar as alegações finais, no prazo legal.
- 00943 Processo: 0002940-58.2012.815.0261 - ACÃO PENAL DE COMPET REU: FRANCIELDO MARQUES LEITE ADV: FRANCISCO DE ASSIS REMIGIO II. REU: ALVARO VASCONCELOS CARNEIRO PEREIRA ADV: MARIA JOSE LUCENA DE MEDEIROS. Despacho: Intime-se a defesa para alegações finais.

- 2A. VARA DE PIANCO NF 057716 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).  
00944 Processo: 0000448-55.2012.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADV: MARIA FERNANDA DINIZ NUNES BRASIL RAUELA SILVEIRA DA CUNHA ARAUJO LEANDRO MOREIRA PITA. REU: ANA MARIA MARINHEIRO PRIMO HOUHIGUES ADV: GEFERSON DA SILVA MIGUEL. REU: ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS ADV: GEFERSON DA SILVA MIGUEL. Despacho: Intime-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do documento de fl. 131 (informações Cartório de Registro de Imóveis).
- 00945 Processo: 0000662-35.2012.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARCOS VINICIUS ENFES TORRES ADV: GILDERLANDO ALVES PEREIRA. Despacho: Intime-se o advogado do embargo, para o prazo de 10 dias, se manifesta R ACORRADO EMBARGOS APHESENIA DOS.
- 00946 Processo: 0000731-73.2015.815.0261 - INTERDICAÇÃO AUTOR: MARIA ALAINE BRASILEIRO LOPES ADV: ANDERSON SOUTO MACIEL DA COSTA MANOEL NOZUINHO DA SILVA. REU: RAULDA LACERDA FRAS: FRO ADV: ANDERSON SOUTO MACIEL DA COSTA MANOEL NOZUINHO DA SILVA. Despacho: Designo o dia e hora para os mandados para a audiência de instrução e julgamento 11/05/2016, às 08h00.
- 00947 Processo: 0000852-04.2015.815.0261 - GUARDA AUTORA: JOSEFA JULIA VIEIRA DA SILVA ADV: EDVALDO LEITE CALDAS JUNIOR. Despacho: Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11/05/2016, às 10h30.
- 00948 Processo: 0001177-81.2012.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: A. K. R. M. ADV: ALEXEI TEIXEIRA LIMA. REU: M. L. S. B. ADV: MAURILIO WELLINGTON FERNANDES PEREIRA. Despacho: Intime-se os advogados das partes para comparecerem no dia 11 de maio do ano de 2016, às 08h00, para participarem da audiência de instrução e julgamento.
- 00949 Processo: 0001002-13.2015.815.0261 - ALIMENTOS - LEI ESPE INTERESSADO: J. L. S. P. ADV: JOSE BRAULIO DE SOUZA JUNIOR. AUTOR: R. S. B. ADV: JOSE BRAULIO DE SOUZA JUNIOR. Despacho: Audiência de conciliação designada para o dia 03/05/2016, às 08h00.
- 00950 Processo: 0001581-52.2014.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARGARIDA FIRMINO DA SILVA SILVESTRIN. REU: CARLOS ALBERTO FERREIRA. Despacho: Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 13/05/2016, às 08h00.
- 00951 Processo: 0002052-46.2015.815.0261 - SUPRIMENTO DE IDADE AUTOR: C. M. P. ADV: JOSE FERREIRA NETO. Despacho: Audiência de instrução designada para o dia 11/05/2016, para oitiva da menor, seu responsável e do pretendente a casamento.
- 00952 Processo: 0002092-21.2011.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: L. F. S. ADV: WALBERY LEITE LEANDRO. Despacho: Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11/05/2016, às 11h00. Intime-se as partes para depositarem o rol de testemunhas, em até 15 dias antes da audiência.
- 00953 Processo: 0002030-13.2011.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: PEDRO ALVES DA SILVA ADV: JOSE FERREIRA NETO. REU: AMYORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A ADV: ENAIR DE PAIVA MACEDO. Sentença: Pedido julgado procedente.
- 00954 Processo: 0002051-42.2012.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: J. E. G. ADV: EDON PEREIRA BRASILEIRO. Despacho: Intime-se o advogado do autor para, no prazo de 10 dias, apresentar impugnação a contestação.

- 2A. VARA DE PIANCO NF 057716 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).  
00955 Processo: 0000412-17.2013.815.0261 - CARTA PRECATÓRIA CRI REU: ALEX CORDEIRO DA SILVA ADV: FRANCISCO DE FARIAS CAVALCANTE JORGE BATISTA JUNIOR. Despacho: Audiência de instrução designada para o dia 23/05/2016, às 10h30.

#### PICUI

- VARA UNICA DA COMARCA DE PICUI NF 047116 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC)  
00956 Processo: 0000205-78.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMARIO AUTOR: JAIRIO VITORIANO LIMA MARCOLINO ADV: JAISON GOMES DE ANDRADE FILHO. Despacho: Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, trazer aos autos comprovação documental da hipossuficiência financeira a exemplo da contracheque atualizado, conforme despacho de fls. 114 dos autos supra.
- 00957 Processo: 0000415-30.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMARIO AUTOR: ROSSON DA SILVA ARAUJO SANTOS ADV: JACSON GOMES DE ANDRADE FILHO. Despacho: Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, trazer aos autos comprovação documental da hipossuficiência financeira, conforme despacho de fls. 1050/1960.
- 00958 Processo: 0000425-09.2015.815.0271 - RETIFICACAO OU SUPRI AUTOR: VITORIA COSTA MARCONDES DE SAUTI ADV: EDVALDO PEREIRA GOMES. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.
- 00959 Processo: 0000515-24.2011.815.0271 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARIA APARECIDA DE ARAUJO SANTOS ADV: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA. REU: MUNICIPIO DE PICUI ADV: WANDERLEY JOSE DANTAS. Sentença: Julgo improcedente a presente ação.
- 00960 Processo: 0000835-28.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMARIO AUTOR: NEILMA SILVA ARAUJO ADV: JOAGNY AUGUSTO COSTA DANTAS. REU: OI MOVEIS S/A Despacho: Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, trazer aos autos comprovação documental da hipossuficiência financeira, conforme despacho de fls. 33 dos autos supra.
- 00961 Processo: 0000705-55.2009.815.0271 - AVERIGUACAO DE PALEIAUTORES E, Q. A. ADV: FABIANA DE FATIMA MEDEIROS AGRA. REU: M. E. C. A. ADV: ROSENO DE LIMA SOUSA. Sentença: Sentença julgada improcedente e/o extinta a ação de alimentos.
- 00962 Processo: 0001126-84.2014.815.0271 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: EDMILSON SOARES DA SILVA ADV: JOSE ALEXANDRE SOARES DA SILVA. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.
- 00963 Processo: 0001215-82.2014.815.0271 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARIA DE LOURDES SILVA ADV: MATHEWS AUGUSTO CAVALCANTE AURELIANO. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.
- 00964 Processo: 0001415-02.2014.815.0271 - DIVORCIO LITIGIOSO AUTOR: D. S. A. ADV: DIEGO RAGNER SANTOS DANTAS. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.
- 00965 Processo: 0001845-49.2011.815.0271 - BUSCA E APREENSAO AUTOR: BANCO ITALCASA S/A ADV: ELTON LUIS LIMA DA SILVA ANTONIO BRAZ DA SILVA. Despacho: Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a inicial e o valor da causa correto, no caso o valor do veículo cobrado antecipadamente, bem como complementar o pagamento de custas.
- 00966 Processo: 0001975-75.2013.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMARIO AUTOR: MARIA UBERLANDIA MARTINS DA COSTA ADV: ELENICE MARIA DA CONCEICAO. REU: BANCO SANTANDER S/A Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.
- 00967 Processo: 0004445-16.2012.815.0271 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: KATIA RENATA SILVA VASCO ADV: FABIANA DE FATIMA MEDEIROS AGRA. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.
- 00968 Processo: 0005015-02.2012.815.0271 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: OZANIELMA LIMA DA SILVA ADV: ARISTOTELES SANTOS PESSOA FURTADO. Sentença: Julgo procedente a presente demanda.
- 00969 Processo: 0005025-25.2012.815.0271 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: JOSE DA SILVA PIAUANO ADV: EDSON BARROS BATISTA. REU: TELEMAR NORTE-LESTE S/A Sentença: Intime-se a parte autora. Despacho de fl. 27 que declarou o deserto inominado apresentado, e, por conseguinte, não recesso o referido apelo.
- 00970 Processo: 0005455-95.2011.815.0271 - CAUTELA INOMINADA AUTOR: BENEDITO LOURENCO DA SILVA ADV: ANDRE GUSTAVO FIGUEIREDO. ROCHAANNA MAYARA LUCIO ALVES TITO. AUTOR: FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA ADV: ANDRE GUSTAVO FIGUEIREDO. ROCHAANNA MAYARA LUCIO ALVES TITO. AUTOR: MARIZETE RIBEIRO DO QUEIROZ ADV: ANDRE GUSTAVO FIGUEIREDO. ROCHAANNA MAYARA LUCIO ALVES TITO. REU: BANCO BNC S/A REU: BANCO BONUS CESSO S/A REU: BANCO BNC S/A REU: BANCO BNC S/A Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.

#### PILAR

- VARA UNICA DE PILAR NF 053116 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).  
00971 Processo: 0000291-30.2013.815.0261 - MANDADO DE SEGURANCA AUTOR: SN EXTRAÇÃO DE AREIA E RELIAD ADV: PEDRO NOBREGA CANDIDO. ANDERSON VALENÇA SENA. Despacho: Intime-se para liminar concedida.

#### POCINHOS

- VARA UNICA DE POCINHOS NF 054116 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).  
00972 Processo: 0000069-18.2012.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA GONCALVES REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: BALDUINO LELIS DE FARIAS FILHO. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00973 Processo: 0001091-06.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: ROSIL APOLINARIORREU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 00974 Processo: 0001177-79.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: EVERALDO PEREIRA DE OLIVEIRA LIMA. REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 00975 Processo: 000127-19.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: RUTINEIA SCOUTO SILVA. REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 00976 Processo: 000154-04.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: LUCINETE DINIZ RODRIGUES REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: CLEANTO GOMES PEREIRA JUNIOR. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00977 Processo: 000135-88.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: ROSANGELA ALVES DE SOUZA ADV: PAULO JOSE DE ASSIS CUNHA. REU: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO. Despacho: Audiência designada para o dia 3/05/2016 às 08:15 horas no Fórum local.
- 00978 Processo: 000147-16.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: DALIRA TAVARES REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 00979 Processo: 000154-04.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARCIO SANTOS DA SILVA ADV: JOSE ANDRE OLIVEIRA DE ARAUJO MANIERI SILVA SOUSA. REU: CLATTO S/A Despacho: Audiência designada para o dia 3/05/2016 às 08:00 horas no fórum local.
- 00980 Processo: 000159-24.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARIZETE TAVARES DE MORAES REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: BALDUINO LELIS DE FARIAS FILHO. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00981 Processo: 000319-49.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: NICOLENOS PORTO DOS SANTOS REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00982 Processo: 0000347-17.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARIA DAS DORES MARIQUES SILVEIRA. CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 00983 Processo: 0000408-72.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: JULIANA EMANUELA DE LIMA REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00984 Processo: 0000489-21.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: ROSIANE VICTOR DE SANTANA HERMINOREU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado do devedor para pagar o débito, no prazo de 15 dias, acrescido de custas, se houver sob pena de o débito ser acrescido de multa de 10% (dez por cento) conforme despacho de fls. 75 dos autos.
- 00985 Processo: 000057-68.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: TERCIZIANA ANIELMO GALDINO REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para o pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 00986 Processo: 0000565-63.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARTA LUCIA CAVALCANTE OLIVEIRA. REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para o pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 00987 Processo: 0000549-46.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: JULIANA RIBEIRO PORTO. REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: BALDUINO LELIS DE FARIAS FILHO. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00988 Processo: 0000708-34.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: SAMUEL MENDONÇA DE BRITO FILHO REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: ALLISSON CARLOS VITALINO. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para o pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 00989 Processo: 0000720-48.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARCELIN DA SILVA VITALINO. REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: ALLISSON CARLOS VITALINO. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para o pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00990 Processo: 0000729-25.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: JOSE INACIO DA SILVA. REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para o pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 00991 Processo: 0000750-83.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: VANERIA ARAUJO SILVA. REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para o pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 00992 Processo: 0000759-60.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: JOSE RICARDO NOBREGA TORRE. CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00993 Processo: 0000759-45.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARIA DE LOURDES ANGELO MOREU. CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: FERNANDA ALVES. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para o pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00994 Processo: 0000789-07.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: ISABELA COSTA SANI OS. REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para o pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00995 Processo: 0000800-20.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARIA DE FATIMA NASCIMENTO LIMA REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: CLEANTO GOMES PEREIRA JUNIOR. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00996 Processo: 0000808-41.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: JOSE HENRIQUES DOS SANTOS REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: FERNANDA ALVES. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00997 Processo: 0000919-70.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: NATALINA DO NASCIMENTO LOURENCO REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: CLEANTO GOMES PEREIRA JUNIOR. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00998 Processo: 0000945-04.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: NEUSA NOURA DOS SANTOS REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: JOSE MOREIRA DE MENEZES. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para pagamento das custas, no prazo de 48 horas, sob pena de desercão.
- 00999 Processo: 0000978-50.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: DAMIANA SILVA JUSTINO. REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA. Despacho: Intime-se O Advogado da promovida para o pagamento das custas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de desercão.
- 01000 Processo: 0000986-18.2013.815.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: ROGELMA DONATO REU: CAGEPA CIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA.



JUNTADA  
JUNTO AO JUIZ PELA  
a petição  
18 05 16  
MUNY





Recebido nesta data em Cartório  
Piauí 18/05/16  
Escritório

24  
jun

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA  
DA COMARCA DE PICUÍ/PB.

Proc. nº 415-30.2015.0271

**ROBSON DA SILVA ARAUJO SANTOS**, já qualificado,  
vêm respeitosamente à i. presença de V. Exa., por intermédio seu advogado  
infra-assinado, requerer a juntada de comprovantes de hipossuficiência  
financeira, onde requer novamente o pedido de justiça gratuita.

Nestes termos,  
Pede juntada e deferimento.

Picuí, 18 de maio de 2016

**JAILSON GOMES DE ANDRADE FILHO**  
OAB/PB 17.938





GENIS BATISTA DOS SANTOS  
RUA JOAQUIM FIDELIS DA CRUZ, S/N - CENTRO  
BARALINA/PB CEP: 58188000 (AG. 80)



Classe/Subclasse RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICA  
Roteiro 7 - 269 - 860 - 1500  
Nº medidor: 00001216542

ENERGISA PARÁIBA - DE TRIBUTORA DE ENERGISA  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-630  
CNPJ 08.085.183/0001-40 - Ins. Est. 15.015.829.0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº000-532-514  
Código para Débito Automático: 0001216542

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/1268635-8**

**Abr / 2016**

**Canal de contato**

**Apresentação**

**12/04/2016**

**Data prevista da próxima leitura**

**12/05/2016**

**CPF/ CNPJ/ RANI**

3278100746E

Ins. Est.

**Faturas em atraso**

FATURAS VENCIDAS ATÉ  
O DIA 07/04/2016 P/AS  
OBRIGADO!

**Histórico de Consumo  
(kWh)**

Mar/16	158
Fev/16	134
Jan/16	167
Dez/15	149
Nov/15	118
Out/15	113
Set/15	101
Ago/15	91
Jul/15	87
Jun/15	130
Mai/15	132
Abr/15	125

Média dos últimos meses  
125 kWh

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
14/03/16	8854	12/04/16	6854	1
			180	29

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30	0,14483	4,33
Consumo - 31 a 100kWh-BR	70	0,24794	17,35
Consumo - 101 a 220kWh-BR	60	0,37191	22,31
Adic. B. Amarela			0,31
Subsídio			25,38
ICMS			26,40
PIS			0,55
COFINS			2,55
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
JUROS DE MORA 03/2016			0,37
MULTA 03/2016			1,61
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 03/2016			0,13
Devolução Subsídio			-25,39

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	97,79	27,00	26,40
PIS	97,79	0,5700	0,55
COFINS	97,79	2,6100	2,55

**VENCIMENTO**  
**19/04/2016**

**TOTAL A PAGAR**  
**R\$ 76,51**

RESERVADO AO FISCO

cbf7.66b8.7060.3a29.1b8b.55d4.7b7e.342c.

**Indicadores de Qualidade**

	Limites da ANEEL	Aporado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	9,20	0,00	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	12,30		220
DIC ANUAL	24,90		
FIC MENSAL	1,30	0,00	CONTRATADA
FIC TRIMESTRAL	8,80		202
FIC ANUAL	15,20		231
DMIC	3,83	0,00	LIMITE SUPERIOR
DICRI	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	25,24	33,12
Compra de Energia	33,07	43,10
Serviço de Transmissão	1,98	2,59
Encargos Setoriais	8,00	10,46
Impostos Diretos e Encargos	21,49	28,11
Outros Serviços	0,13	0,17
<b>Total</b>	<b>99,90</b>	<b>100,00</b>

Valor do EUSD (Ref 2/2016) R\$ 19,04

**ATENÇÃO**

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$23,39  
- Leitura confirmada

ENERGISA PARÁIBA

Roteiro 7 - 269 - 880 - 1500  
Matrícula 1268635-2016-04-4

**VENCIMENTO**

**19/04/2016**

**TOTAL A PAGAR**

**R\$ 76,51**

83610000000-6 76510054000-2 12686352016-2 04402690019-9



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 04/04/2019 08:12:24

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904040813220000000019746713

Número do documento: 1904040813220000000019746713

AL	FILIAÇÃO	DATA DE N/	DOC/IN	NOME	DOC/IN	NOME	DOC/IN	NOME	DOC/IN
----	----------	------------	--------	------	--------	------	--------	------	--------

**QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO**

**ROBSON DA SILVA ARAUJO**  
 FILIAÇÃO: RUBENS DE ARAUJO  
 NASCIMENTO: 08/01/1987  
 ESTADO CIVIL: VIVO  
 NATURALIDADE: PICUL - PB  
 DOCUMENTO: C. I. 5766326 17/02/2005 PC PA  
 LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995  
 CPF: 066.815.274-80  
 TIT. ELEITOR: 066.815.274-80  
 ZONA: 066.815.274-80  
 SEÇÃO: 066.815.274-80  
 LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/PB - 11/08/2014  
 ASSINATURA DO EMISSOR



26  
mm



27  
jun

**MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO**

**ARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**


PIS/PASEP **165.32195.91-0**


NÚMERO **7364406** SÉRIE **0040** UF **PB**

*Robson do Nascimento*

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO





INSTITUÍDA pelo  
do do Decreto  
reformulada  
provou a CLT.  
de qualquer

os dados  
os básicos  
os perante  
para a  
benefícios  
na habilita-  
fundo de

do neste  
servação,  
atividades

otegé-la e  
e sua vida  
e validade  
cidadão,  
o de seus  
m, como

DO  
ADOR

SVBR



28  
jul



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

# Certidão de Nascimento

NOME:  
**Laura Richely Araújo Santos**

MATRÍCULA

**0698800155 2014 1 00005 040 0003603 51**

Cartório do Registro Civil e Notas  
Niedja Maria Azevedo de Farias Barreto  
Oficiala - Substituta - CPF 485.364.664 - 72  
Baraúna - PB

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO) dezenove de novembro de dois mil e quatorze DIA 19 MÊS 11 ANO 2014

HORA DE NASCIMENTO 11:13 MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Baraúna-PB LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Regional de Picui SEXO feminino

FILIAÇÃO  
Robson da Silva Araújo Santos e Ruty Mery Oliveira Santos

AVÓS  
PATERNO(S): Rubens de Araújo e Antonia da Silva Araújo ;  
MATERNO(S): Antonio Roque dos Santos e Valdemira Buriti de Oliveira Santos.

GÊMEOS  
NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) \_\_\_\_\_  
NÃO \_\_\_\_\_ NÃO POSSUI \_\_\_\_\_

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) vinte e quatro de novembro de dois mil e quatorze (24/11/2014). DNV (DEC. NASC. VIVO) 30646252544

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES  
Obs: Registro lavrado em 24/11/2014, no livro A-00005, N° 3603, folha 40. Dispensando-se as testemunhas na forma da Lei 9.997 de 17/08/2000

NOME DO OFÍCIO  
Cartório do Registro Civil

OFICIAL REGISTRADOR  
Niedja Maria Azevedo Farias Barreto

MUNICÍPIO/UF  
Baraúna-PB

ENDEREÇO  
Rua:Castelo Branco nº76 Centro Baraúna-PB - CEP 58188000  
Fone: (83)3633-1059 E-mail: cartorio-de-barauna@bol.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Baraúna-PB, 24 de Novembro de 2014

Anisia Azevedo de Farias  
Anisia Azevedo de Farias  
Escrevente Compromissada

Selo Digital: **AAJ66416-94JP**  
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

247287 A





ESTADO DA PARAÍBA  
Cartório do Registro Civil "Socorro Macedo"  
Cartório do Registro Civil de Picuí

Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti - Oficial do Registro Civil

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL  
Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti  
Oficial Substituto  
COMARCA - PICUÍ - PB

## CERTIDÃO DE ÓBITO

Eu, Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti, Oficial do Registro Civil, deste Cartório do Registro Civil "Socorro Macedo", da Comarca de Picuí, estado da Paraíba, na forma da lei, etc.


**CERTIFICO** que às folhas 74, sob número 4803 do livro C-00008, de Registro de Óbitos arquivado neste Cartório, foi lavrado o registro de óbito de **MARIVALDA CASSIMIRO DOS SANTOS ARAÚJO**, do sexo feminino, falecida em vinte e sete de maio de dois mil e nove (27/05/2009), à 0 hora e 20 minutos, no Hospital da FAP, no município de Campina Grande-PB, com 35 anos de idade, brasileira, casada, Professora, nascida aos seis de dezembro de um mil novecentos e setenta e três, residente e domiciliada Rua Lázaro José Estrela, nº 299, Monte Santo, Picuí-PB, natural de Picuí-PB, RG nº 1900136 SSP-PB, CPF/MF nº 03289954447, título eleitoral nº 02202670123 zona 25, filha de José Amaro dos Santos, brasileiro, casado, Aposentado, residente e domiciliado Rua Lázaro José Estrela, nº 299, Monte Santo, Picuí-PB, natural de Picuí-PB e Raimunda Maria Cassimiro dos Santos, brasileira, casada, Do lar, residente e domiciliada Rua Lázaro José Estrela, nº 299, Monte Santo, tendo como causa mortis Insuficiência Respiratória Aguda, Septicemia., de acordo com a declaração de óbito nº 137080751 assinado pelo(a) Drº. Ednaldo A. Almeida, CRM nº 3979. A falecida era casada com Robson da Silva Araujo Santos, registrada no livro de casamento B-15, sob número 4563 às folhas 43, no Cartório do Registro Civil, na cidade de Picuí-PB.

Foi declarante Marivânia Cassimiro dos Santos, Irmã da falecida.

**Obs:** A falecida não deixou filhos. Deixou bens a inventariar, segundo a Declarante. Sepultada no Cemitério Monte Santo em Picuí-PB. Lavrado nos termos da Lei Federal 6015 de 31 de dezembro 1973.

O referido é verdade, dou fé.

Picuí-PB, 27 de maio de 2009

  
Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti  
Oficial do Registro Civil

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL  
Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti  
Oficial Substituto  
COMARCA - PICUÍ - PB

Rua Vicente Ferreira de Macedo, Picuí - PB

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

570558





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIRETÓRIO DA COMARCA DE SÃO PAULO  
DIRETORIA DE REGISTRO E CONTROLADORIA  
Data 19 05 16  
Assinado / Endorsement





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUÍ**  
Vara Única

Processo nº 0000415-30.2015.815.0271

**DESPACHO**

Vistos, etc.

**Indefiro o pedido de justiça gratuita**, posto que a parte não comprova sua hipossuficiência financeira, porquanto não apresenta qualquer documento que contenha indicação de sua renda, limitando-se a apresentar cópia das folhas da carteira de trabalho em que consta apenas sua qualificação pessoal, bem como cópia de cartão de movimentação de conta corrente, por si só, não comprova a renda do seu titular.

Assim, **intime-se pessoalmente** a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar as custas prévias, sob pena de cancelamento da distribuição e arquivamento dos autos.

Cumpra-se.

Picuí, 19 de julho de 2017.

**ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA**  
**Juiz de Direito**

**DATA**

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 21/07/2017.

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)



**Formulário de Registro de Veículo**

**1. Dados do Veículo:**

- ( ) Marca: Ford
- ( ) Modelo: Mustang
- ( ) Ano: 2018
- ( ) Cor: Preta
- ( ) Placa: ABC-123

**2. Dados do Proprietário:**

- ( ) Nome: João da Silva
- ( ) CPF: 123.456.789-00
- ( ) Endereço: Rua das Flores, 123 - São Paulo, SP

**3. Dados do Registro:**

- ( ) Data de Registro: 15/03/2019
- ( ) Local de Registro: Detran-SP
- ( ) Valor do Registro: R\$ 1.000,00

**4. Assinaturas:**

- ( ) Assinatura do Proprietário: [Assinatura]
- ( ) Assinatura do Registrante: [Assinatura]

**5. Observações:**

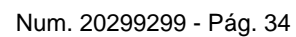
Nenhum problema encontrado.

**6. Carimbo e Assinatura do Registrante:**

[Carimbo] [Assinatura]

**7. Data e Local:**

15/03/2019 Detran-SP





COMARCA DE PICUI

MANDADO 001 - MAND INTIMACAO AUTOR

PROCESSO: 0000415-30.2015.615.0271 VARA UNICA DE PICUI  
Classe : PROCEDIMENTO SUMARIO

AUTOR : ROBSON DA SILVA ARAUJO SANTOS  
Endereco: R PRES GETULIO VARGAS SN CENTRO  
Bairro : BARAUNA Cidade: BARAUNAS CEP: 00000000  
REU : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A e Outros  
Endereco: R SENADOR DANTAS 74 14 ANDAR  
Bairro : CENTRO Cidade: RIO DE CANEIRO CEP: 20031205

O MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA SUPRA MANDA AO OFICIAL DE JUSTICA, ABAIXO NOMINADO, QUE, EM CUMPRIMENTO A ESTE, INTIME A PARTE AUTORA, PARA NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, DAR ANDAMENTO AO PROCESSO, SOB PENA DE EXTINCAO DO MESMO.

COMPLEMENTO/DESPACHO JUDICIAL  
INTIME-SE A PARTE AUTORA PESSOALMENTE PARA, NO PRAZO DE 05 DIAS EFETUAR AS CUSTAS PRÉVIAS, SOB PENA DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

LOCAL: FORUM JUIZ MANOEL PEREIRA DO NASCIMENTO  
R CON JOSE DE BARROS S/N PEDRO SALUSTINO

PICUI, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

CHEFE DA CENTRAL DE MANDADOS, POR ORDEM DO MM. JUIZ

OFICIAL: 2709-4 051 03/07/18  
O oficial acima devera se identificar com sua carteira funcional.

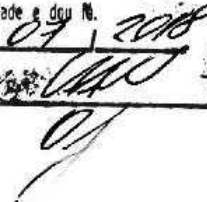
CIENTE: Robson da Silva Araujo Santos

MANDADO SEM GUIA DE DILIGENCIA INFORMADA.

00004153020158150271001



988942628

**CERTIDÃO**  
Certifico que em cumprimento do  
mandado retro, INTIMEI a parte antes  
mencionada, por todo teor do referido  
mandado.  
O referido é verdade e dou fé.  
Pícul-PB, 16/07/2018.  






PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ

VARA ÚNICA DE PICUÍ  
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0000415-30.2015.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ROBSON DA SILVA ARAUJO SANTOS

RÉU: MIGUEL AUGUSTO SOARES DA COSTA, SEGURADORA LIDER DOS  
CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0000415-30.2015.8.15.0271 para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e INTIMO as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.**

João Pessoa/PB, 12 de fevereiro de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID  
Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba

Vara Única de Picuí

Rua São Sebastião, S/N, CENTRO, PICUÍ - PB - CEP: 58187-000

**Número do Processo: 0000415-30.2015.8.15.0271**

**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Assunto: [SEGURO]**

**Polo ativo: AUTOR: ROBSON DA SILVA ARAUJO SANTOS**

**Polo passivo: RÉU: MIGUEL AUGUSTO SOARES DA COSTA, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que, intimado pessoalmente, conforme certidão do Oficial de Justiça de ID 20299299, página 36, o autor não se manifestou sobre o despacho ID 20299299, página 33, tendo decorrido o prazo..

PICUÍ, 12 de fevereiro de 2020

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID





**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Vara Única de Picuí**

**PROCESSO Nº 0000415-30.2015.8.15.0271**

**Natureza: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**AUTOR: ROBSON DA SILVA ARAUJO SANTOS**

**RÉU: MIGUEL AUGUSTO SOARES DA COSTA, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

## **SENTENÇA**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7).  
Gratuidade de Justiça Indeferida. Não  
recolhimento das custas processuais  
no prazo assinalado. Ausência de  
pressuposto de constituição regular do  
processo. Extinção do processo sem  
julgamento do mérito.**

- É imperiosa a extinção do feito, sem  
apreciação do seu mérito, quando lhe  
faltar qualquer pressuposto de  
constituição e desenvolvimento válido e  
regular do processo.

### **Vistos, etc.**

Trata-se de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)** envolvendo as partes qualificadas nos autos, pelos motivos expostos na petição inicial.

A gratuidade de justiça foi indeferida (id. 20299299 - Pág. 33).

Intimada, a parte autora deixou de recolher o valor das custas no prazo assinalado.

Vieram-me conclusos os autos para os fins de direito.

### **É o relatório.**

#### **Decido.**

Tendo sido indeferida a justiça gratuita à parte autora em função de não comprovar sua hipossuficiência financeira, a mesma deixou de recolher as custas no prazo assinalado, razão por que, tendo em vista que as custas processuais constituem pressuposto processual de constituição e desenvolvimento regular do processo, seu não recolhimento implica a extinção do feito sem resolução do mérito.

Sendo assim, estando ausente pressuposto de desenvolvimento regular do processo, impõe-se a extinção do feito sem a entrega do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código do Processo Civil, *in verbis*:

**Art. 485. O juiz não resolverá o mérito  
quando:**

(...)

IV - verificar a ausência de pressupostos  
de constituição e de desenvolvimento





válido e regular do processo;

Ante o exposto, atento ao que mais dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, com fulcro no artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil Pátrio, **declaro extinto o processo sem julgamento do mérito.**

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Sem condenação em custas, uma vez que o processo não se desenvolveu.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**  
**Juiz de Direito**

